

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Érica de Oliveira Loibel

PONTO BENEDITO
EXECUÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO EIXO VII DA
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo
2021

Érica de Oliveira Loibel

PONTO BENEDITO

**EXECUÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO EIXO VII DA
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Enfermagem, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Luísa Aranha e Silva e coorientação da Prof^a. Dr^a. Talita Dutra Ponce.

São Paulo

2021

Dedico esse trabalho aos associados-assistidos do Ponto Benedito - Economia Solidária e Cultura: Aécio Cardoso, Adelize Rocha de Souza, Ana Paula Aparecida Ferreira, Ana Márcia Schacht, Carlos Augusto de Oliveira (em memória), David Sanches (em memória), Domingos Francisco Alves, Lourenço Leal, Maria Clelia Capriles, Marcos Farias, Mônica Montoro (em memória) e Tatsuya Yamashita.

AGRADECIMENTOS

Às minhas queridas orientadoras Prof^a Dr^a Ana Luísa Aranha e Silva e Prof^a Dr^a Talita Dutra Ponce por me conduzirem nessa caminhada. Pelo acolhimento, pelas risadas, pela amizade e por me incentivarem a continuar sonhando.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Ponto Benedito - Economia Solidária e Cultura e a todas as pessoas que fazem ou fizeram parte desse projeto voluntariamente: Anna Luiza Monteiro de Barros, Amanda Seraphico, Chico Brasil, Maíra Fischer, Fátima Bueno, Felipe Maragni, Paula Medeiros.

À Liga de Enfermagem em Saúde Mental da EEUSP, pelos aprendizados e pela oportunidade de conhecer o Ponto Benedito.

À minha mãe, Waldenez, por ser meu exemplo e apoio em todos os momentos da minha trajetória, nessa graduação e na vida.

À minha família e amigos, por tornarem essa caminhada mais leve, por todo o apoio e carinho.

Oliveira Loibel, E; Aranha e Silva, AL; Ponce TD. Ponto Benedito: Execução de um Projeto de Extensão Universitária no Eixo VII da Rede de Atenção Psicossocial na Cidade de São Paulo [monografia]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2021.

RESUMO

Introdução: Este trabalho parte da perspectiva da Reabilitação como Cidadania e do Trabalho como Direito. Foi realizado na Loja Social do Ponto Benedito – Economia Solidária e Cultura, que se localiza na cidade de São Paulo e se insere no Eixo VII da Rede de Atenção Psicossocial. **Objetivo:** Este estudo objetiva analisar o impacto na vida dos associados-assistidos desta Loja Social proporcionado pela experiência do trabalho associado e cooperado. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo e exploratório. Os dados quantitativos foram coletados em um formulário de dados sociodemográficos, no Livro Caixa e no Livro Ponto da Loja Social e os dados qualitativos foram coletados por meio de Grupos Focais com os associados-assistidos. **Resultados:** Os dados quantitativos informam que entre Agosto de 2019 e Março de 2020, início da pandemia, foram realizadas retiradas mensais de em média R\$67,64 (sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) por associado-assistido, valor zerado na vigência da pandemia da Covid-19. Neste período, as reuniões se mantiveram com participação ativa dos associados-assistidos, indicando que para além do impacto financeiro, o trabalho na Loja Social exerce influência significativa na dimensão social. Os dados qualitativos informam: A divisão de escala e de tarefas é organizada pelos próprios associados, respeitando as individualidades de cada trabalhador. As decisões são realizadas a partir de reuniões gerais, nas quais todos os associados votam igualmente. No entanto, alguns trabalhadores apontam uma contradição no princípio da autogestão ao relatar a existência de hierarquia no poder de decisões. A renda obtida deste trabalho é importante, mas insuficiente para manter as necessidades dos trabalhadores. Na dimensão da *sociabilidade*, a interação entre associados e clientes aponta a importância da convivência. A maioria dos associados reconhece o trabalho como direito, mas alguns expressam a ideia de trabalho como tratamento em suas falas. Em relação à Pandemia, os associados relatam dificuldades financeiras e falta de acesso às reuniões remotas. Os dados revelam que a dimensão da *reprodução social* do trabalho não é alcançada pelas retiradas, no entanto, o exercício do trabalho associado e cooperado exerce influência significativa na vida das pessoas no que se refere ao acesso ao jogo das trocas sociais e promove impacto significativo no processo de reabilitação como cidadania. **Conclusão:** Os resultados desse estudo apontam que, apesar de haver desafios a serem superados e lacunas a serem preenchidas, a forma de organização da Economia Solidária é uma potente alternativa para a realização da Reabilitação como Cidadania de pessoas em sofrimento psíquico e indicam a abertura de novos Pontos de Economia Solidária no Brasil e no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Reabilitação Psicossocial. Reforma Psiquiátrica. Cooperativismo Social. Extensão Universitária. Enfermagem em Saúde Mental.

Oliveira Loibel, E; Aranha e Silva, AL; Ponce TD. Ponto Benedito: Execution of an University Extension Project in the 7th Component of the Psychosocial Care Network in São Paulo City [monograph]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2021.

ABSTRACT

Introduction: This work is based on the perspective of Rehabilitation as Citizenship and Work as a Right. This study was developed in the Social Store of Ponto Benedito – Solidarity Economy and Culture, which is located in the city of São Paulo and operates within the 7th Component of the Psychosocial Care Network. **Objective:** This study's objective is to analyse the impact on the lives of the associates-assisted of this Social Store provided by the experience of associated and cooperative work. **Method:** This work is descriptive and exploratory. The quantitative data was extracted from the data collected from answers to a sociodemographic questionnaire, the Cash Book and the Attendance Book of the Social Store, and the qualitative data was collected through Focus Groups with the associates-assisted. **Results:** The qualitative data show that, between August 2019 and March 2020, by the beginning of the Pandemic, the average monthly withdrawal for the associates-assisted was BRL67,64 (sixty-seven Brazilian Reais and sixty-four cents). This amount dropped to zero during the Covid-19 Pandemic. During this period, the meetings continued to take place with the active participation of the associates-assisted, which indicates that, beyond the financial impact, the work at the Social Store exerts a meaningful influence in the social dimension. The qualitative data inform: The schedule and assignments division is organized by the associates-assisted themselves, respecting the individualities of each worker. The decisions are made in general meetings, where every associate-assisted has an equal vote. However, some of the participants point out to a contradiction in the organizational self-management principle by reporting the existence of some hierarchy in the meetings. The income from this work is important but insufficient to meet the needs of the associates-assisted. By the *sociability* dimension, the interaction between associates-assisted and clients shows the importance of the social ties. Most of the participants do recognize the work as a right, but some of them express the idea of work as a treatment. Concerning the Pandemic, the associates-assisted report financial difficulty and lack of access to the technology for remote meetings. The data show that the monthly withdrawals do not reach the *social reproduction* dimension of work. However, the practice of associated and cooperative work exerts meaningful influence on the process of Rehabilitation as Citizenship. **Conclusion:** The results of this work show that there are still challenges to overcome. However, the study points out that the characteristic form of organization of Solidarity Economy represents a strong alternative for the achievement of Rehabilitation as Citizenship for people in mental distress, and indicates the opening of more Solidarity Economy spaces in Brazil and worldwide.

KEYWORDS: Solidarity Economy. Psychosocial Rehabilitation. Psychiatric Reform. Social Cooperativism. University Extension. Mental Health Nursing.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	11
2.1. Objetivo Geral	11
2.2. Objetivos Específicos	11
3. METODOLOGIA	12
3.1. Base Conceitual	12
3.2. Tipo de Estudo, fonte e forma de tratamento dos dados empíricos	13
3.3. Cenário	14
3.4. Sujeitos	15
3.5. Procedimentos da Coleta dos Dados	15
3.6. Análise de Dados	17
3.7. Aspectos Éticos	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1. Quem são as trabalhadoras e os trabalhadores do Ponto Benedito e o resultado econômico do seu trabalho na Loja Social	18
4.2. Economia Solidária: o que a organização do trabalho solidário produz na vida das pessoas	20
4.3. Reabilitação como Cidadania: O Trabalho como Direito	24
4.4. As consequências da Pandemia da Covid-19 na vida dos associados-assistidos	27
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E ESPERANÇAS	29
6. REFERÊNCIAS	31
7. APÊNDICES	36
8. ANEXOS	39

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica no Brasil é produto de um amplo processo da organização da sociedade civil protagonizado por usuários, familiares e trabalhadores cuja característica peculiar é a luta pela transformação do cuidado às pessoas com transtornos psíquicos e, na dimensão estrutural, a mudança do ordenamento legislativo e jurídico e do financiamento do modelo de atenção hospitalocêntrico e asilar - caracterizado pela violência dos manicômios e a mercantilização da loucura - para o modelo de atenção de base territorial e comunitário - identificado pela concepção do Cuidado em Liberdade (Aranha e Silva 2012)

O ano de 1987 foi marcado pelo II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, na cidade de Bauru, a I Conferência Nacional de Saúde Mental, no Rio de Janeiro e a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luis da Rocha Cerqueira, o CAPS, primeiro do Brasil, na Cidade de São Paulo (Brasil, 2005a).

Em 1989, em Santos (SP), ocorreu uma intervenção por parte da Secretaria Municipal de Saúde que, após pressão social e denúncias de maus tratos, implantou os Núcleos de Atenção Psicossocial, NAPS, que passaram a ser serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico privado da cidade, a Casa de Saúde Anchieta. Esta intervenção obteve repercussão nacional, e foi um importante marco para o processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Brasil, 2005a).

A Constituição de 1988 determina no seu Artigo 196 que a Saúde é um Direito de todos e um dever do Estado, criando as condições necessárias para a regulamentação e implantação do Sistema Único de Saúde brasileiro, SUS, em 1990.

Ações concretas, a partir das décadas de 1980/90, por força de políticas públicas locais (Santos, Campinas, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras) e experiências exitosas do modelo comunitário, de base territorial (CAPS Itapeva, por exemplo), antagônicas ao modelo asilar e manicomial, tornaram possível a criação de políticas públicas de saúde mental, no contexto do SUS, que priorizam a concepção do usuário como uma pessoa com *necessidades*¹ de saúde, e também sociais, culturais, econômicas, de acesso a Direitos de Cidadania.

¹O ser humano cuja necessidade foi satisfeita não será o mesmo ser humano, mas alguém que pelo menos uma vez se satisfizesse; da mesma forma a necessidade que foi satisfeita não será a mesma, mas modificada pelo ato do consumo, portanto, diferenciada e especificada. As necessidades, no ser humano, são históricas porque assentadas e determinadas pelo estágio de desenvolvimento dos meios de produção e, no decorrer da história, elas alteram-se e substituem-se, portanto, não são acabadas ou imutáveis.

Segundo Heller (1986), as categorias marxistas de necessidade em geral, não são categorias econômicas, mas categorias histórico-filosófico-antropológicas. Neste sentido mais geral, estão compreendidas as necessidades materiais, espirituais, políticas, de vida social, de trabalho. De acordo com a autora, “a satisfação da necessidade material não constitui somente a

Em 11 de fevereiro de 2000, foi instituída a Portaria nº 106, que criou os Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs no âmbito do SUS, com o objetivo de “acolher pessoas com internação de longa permanência, egressas de hospitais psiquiátricos e hospitais de custódia” (Brasil, 2000). Em 6 de abril de 2001 foi promulgada no Brasil a Lei 10.216, que redirecionou o modelo assistencial em saúde mental e determinou a substituição dos leitos de hospitais psiquiátricos para um modelo aberto e de base comunitária buscando a desinstitucionalização dos pacientes (Brasil, 2001).

Em 19 de fevereiro de 2002, foi publicada a Portaria nº 336, que regulamenta e distingue as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS conforme complexidade e abrangência populacional (Brasil, 2002). Posteriormente, com a finalidade de fortalecer o processo de desinstitucionalização dos usuários, foi criado o Programa de Volta para Casa, instituído através da lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003 (Brasil, 2003).

Os Centros de Atenção Psicossocial, o Programa “De volta para casa” e os Serviços Residenciais Terapêuticos:

expandiram, significativamente, a possibilidade de desinstitucionalização responsável de pessoas submetidas a longos períodos de internações psiquiátricas, ao tempo que se assistiu a uma redução expressiva de leitos em hospitais psiquiátricos, particularmente nos estados do sudeste e nordeste brasileiro. Paralelamente se solidifica um modelo de atenção psiquiátrica baseado na comunidade e não centrado no hospital como a escolha da política pública de saúde mental no país. (Pitta, 2011, p.4580).

Em 2011, a Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011, instituiu a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, com o intuito de ampliar e articular os Pontos de Atenção à saúde para as pessoas com sofrimento psíquico e com o objetivo de estimular ações antimanicomial. Esta Portaria foi alterada por uma Nota Técnica (Brasil, 2017)

A RAPS se constitui por sete eixos, sendo que o Eixo VII, das Estratégias de Reabilitação Psicossocial, contempla as iniciativas de geração de trabalho e renda e os empreendimentos solidários e cooperativas sociais (Brasil, 2011).

Na tradição psiquiátrica de linhagem pineliana o trabalho, laborterapia ou praxiterapia é prescrito às pessoas que vivem a experiência de sofrimento psíquico intenso e persistente como tratamento, disciplinarização ou aquisição de habilidades sociais (Aranha e Silva 2012).

condição primeira da vida fundamental do ser humano, (assim como) o refinamento dessas necessidades é em si mesmo, um sinal do (seu) ‘enriquecimento’” (Aranha e Silva, 1997, p.20).

Antagônica a esta perspectiva teórica, na perspectiva da Reabilitação como Cidadania, o Trabalho é um Direito, uma via de acesso a bens materiais e imateriais, o lugar onde se encontra a vida das pessoas comuns, onde se vive a “banalidade da vida cotidiana” (Saraceno, 1996).

O curso de graduação em enfermagem da Universidade de São Paulo possibilita, através da Liga de Enfermagem em Saúde Mental, a experiência em um equipamento de Economia Solidária no eixo VII da RAPS, o Ponto Benedito - Economia Solidária e Cultura.

O Projeto busca a *implantação estratégica da metodologia autogestionária do trabalho* na perspectiva da economia solidária nos empreendimentos e/ou oficinas de geração de trabalho e renda da Redinha Oeste de Saúde Mental e Economia Solidária da Coordenaria Regional de Saúde Oeste da Secretaria de Saúde da Cidade de São Paulo com a finalidade de: viabilizar o Componente VII Reabilitação Psicossocial da RAPS das *iniciativas de geração de trabalho e renda junto a empreendimentos solidários e cooperativas sociais*; promover a formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde; contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao campo da Cultura e da Saúde Mental e desenvolver atividades culturais nas suas diferentes linguagens, promovidas pela Subprefeitura de Pinheiros e Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo [...] onde serão desenvolvidas atividades culturais e econômicas dos empreendimentos solidários ou oficinas de trabalho incubadas nos pontos de cuidados das Redes de Atenção Psicossocial da Região de Saúde Oeste da Secretaria de Saúde da Cidade de São Paulo (Aranha e Silva et al, 2018).

Diante deste potente espaço de antagonismo à forma de organização do trabalho no modo de produção capitalista, ou da herança pineliana (do trabalho como tratamento, no campo psiquiátrico), este estudo tem como finalidade conhecer os *associados-assistidos*² do Ponto Benedito e descrever seus ganhos materiais e imateriais neste cenário, analisando o impacto socioeconômico da forma associada e cooperada de organização de trabalho em suas vidas.

² IMPORTANTE: afirmar a condição de *trabalhadora e trabalhador* refere-se à passagem da posição de usuário-trabalhador relacionada à vinculação conceitual histórica do trabalho como tratamento no campo psiquiátrico para a posição de trabalhador ou trabalhadora que é usuário ou usuária de serviços de saúde mental e que ascendeu ao lugar de protagonista de suas vidas e da geração de regras e rendas, ou seja, *trabalho como direito*, praticado no campo psicossocial e da Reforma Psiquiátrica brasileira. Associado-assistido é o beneficiário dos projetos apoiados estatutariamente pela Associação Vida em Ação. A Associação Vida em Ação e os Projetos de Geração de trabalho e renda incubados nos Pontos de Cuidados das RAPSs não estabelecem vínculo empregatício com esses trabalhadores e trabalhadoras. São projetos mais alinhados à capacitação profissional e esta condição aponta a necessidade de articulação intersetorial, em particular com a Secretaria do Trabalho (Aranha e Silva et al, 2018).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Analisar o impacto na vida dos associados-assistidos da Loja Social do Ponto Benedito - Economia Solidária e Cultura proporcionado pela experiência do trabalho associado e cooperado.

2.2. Objetivos Específicos

Conhecer a forma de organização do trabalho no Ponto Benedito:

- a. Descrever o perfil socioeconômico das pessoas envolvidas;
- b. Identificar as razões pelas quais se envolvem na atividade econômica do Ponto Benedito;
- c. Descrever como utilizam individualmente a renda advinda desse trabalho.

Analisar a atividade econômica do Ponto Benedito:

- a. Apresentar a forma de organização das sobras (entradas menos as saídas) que conformam o montante das retiradas mensais para a divisão entre a equipe de trabalhadores;
- b. Quantificar o valor da hora trabalhada no Ponto Benedito;
- c. Descrever os ganhos materiais e imateriais obtidos pelo trabalho no Ponto Benedito.

3. METODOLOGIA

3.1. Base Conceitual

A Economia Solidária (Singer, 2003) constitui a base conceitual de referência deste estudo.

Trata-se de uma perspectiva econômica caracterizada pela autogestão e solidariedade, se contrapondo ao caráter individualista e competitivo da forma de organização do modo de produção capitalista. Também identificada como Economia Social ou Economia dos Trabalhadores.

Um dos antecedentes da Economia Solidária foi o Cooperativismo Operário ou Revolucionário nascido no século XIX na Inglaterra, no bojo das lutas operárias de resistência ao modo de organização do trabalho no capitalismo em consolidação pós Revolução Industrial. Essas lutas foram apoiadas e praticadas por Robert Owen (1771-1859). Em 1832, Owen criou as Bolsas de Trabalho, um sistema de troca de produtos das cooperativas a preços justos, calculados a partir do número de horas gastas em sua produção.

Outro importante antecedente da Economia Solidária é a Cooperativa de Rochdale. Considerada a “mãe das cooperativas”, foi formada por operários em 1844 e apresentava princípios autogestionários, um dos principais valores da Economia Solidária.

Entretanto, já em 1834 o Cooperativismo Operário entra em declínio, juntamente com o cooperativismo solidário. Esse declínio foi forjado pelo fortalecimento dos vínculos trabalhistas mediados pelas conquistas dos trabalhadores e organizações sindicais: férias, redução da jornada de trabalho, redução do trabalho infantil, proteção social contra desemprego, sufrágio universal, estabilidade, entre outras.

Esse declínio/repouso dos movimentos sindicais permaneceu estável até meados da década de 1970. Nos anos 1980 a consolidação do neoliberalismo, globalização e mundialização da economia, a transferência das linhas de produção dos países centrais para os periféricos onde o custo do trabalho é mais barato e a força de trabalho menos organizada, provocou o que se chama aumento exponencial do desemprego estrutural com pressão internacional e globalizada para flexibilização e precarização dos direitos dos trabalhadores.

O desemprego estrutural e a constante busca por autonomia por parte dos trabalhadores, abriram espaço para a *revivência* da Economia Solidária no mundo todo (Singer, 2003).

A Economia Solidária tem como princípios:

1. **Cooperação:** Ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** As decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** Sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** A preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (Brasil, 2015).

Segundo Singer (2003), a prática da solidariedade tem, nesse modelo, ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos, sejam eles crianças em situação de risco, idosos, usuários de álcool e outras drogas, pessoas com deficiências ou desempregados crônicos. A reforma psiquiátrica, assim como a economia solidária, é um movimento que luta contra a exclusão social e econômica:

Uns são excluídos (e trancafiados) porque são loucos, outros porque são pobres. Há ricos, que enlouquecem porque empobreceram e há pobres, que enlouquecem porque ninguém os nota (o que é uma forma particularmente cruel de exclusão). A matriz comum de ambos é uma sociedade que fabrica pobres e loucos de modo casual e inconsciente. (SINGER, 2005, p. 11)

No Brasil, a aproximação teórica e prática entre o campo da Economia Solidária e o da Saúde Mental foi formalizada pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005 (Brasil, 2005b), que instituiu o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária. No mesmo ano, o Ministério da Saúde destinou, por meio da Portaria Nº 1.169, de 7 de julho de 2005 (Brasil, 2005c), incentivo financeiro para a criação de projetos de Inclusão Social pelo Trabalho para usuários da rede de atenção à saúde mental

3.2. Tipo de Estudo, fonte e forma de tratamento dos dados empíricos

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório.

As fontes dos dados empíricos foram duas:

- a. Dados qualitativos: O material coletado em Grupos Focais com os participantes;
- b. Dados quantitativos: Os dados compilados no Livro Caixa e no Livro Ponto da Loja Social do Ponto Benedito e formulário para identificação de dados socioeconômicos que receberam o tratamento de análise descritiva.

3.3. Cenário

O estudo foi realizado na Loja Social do Ponto Benedito – Economia Solidária e Cultura.

Localizado na Praça Benedito Calixto, 112, no Bairro de Pinheiros da Cidade de São Paulo, o Ponto Benedito abriga este espaço de venda de produtos que são confeccionados por trabalhadores e trabalhadoras que são usuários e usuárias da RAPS e participam de empreendimentos de economia solidária em diversos Pontos de Cuidado da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária da Região Oeste da Cidade de São Paulo e outras.

O Ponto Benedito, sob gestão da Associação Vida em Ação, passou a ser um local de execução do projeto de cooperação técnica, didática e científica entre a Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, CRSO, da Secretaria Municipal de Saúde e a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, EEUSP. Pela CRSO compõem o projeto o Centro de Atenção Psicossocial III Adulto Itaim Bibi e o Centro de Convivência e Cooperativa Bacuri e pela Universidade de São Paulo, além da Escola de Enfermagem, agregaram-se ao projeto outros atores comprometidos com a emancipação das pessoas, como o Departamento de Obras Públicas da FAU-USP, o Grupo de Estudos em Gênero, Raça e Sexualidade, GENERAS da FEA-USP e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, ITCP, da USP. Foi inaugurado em 15 de setembro de 2016 e desde então compõe a Rede de Atenção à Saúde Mental, RAPS de Pinheiros, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo e a Redinha de Saúde Mental e Economia Solidária Oeste de São Paulo, entretanto, não é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, SMS. O Ponto Benedito é uma *tecnologia social* e uma *experiência demonstrativa* (Aranha e Silva et al, 2018).

O espaço conta com associados-assistidos ativos, além de pessoas envolvidas de forma independente e voluntária e estagiários. O Ponto Benedito é gerido pela Associação Vida em Ação, AVA, em parceria com a Coordenadoria Regional de Saúde Oeste e a Escola de Enfermagem da USP.

Antes da pandemia a Loja Social funcionava das quartas-feiras às sextas-feiras das 11 às 18 horas e aos sábados das 11 às 19 horas. Às sextas-feiras, das 13 às 14 horas, ocorria a reunião do Núcleo de Arte e Cultura, formado por trabalhadores e voluntários. Às 14 horas no mesmo dia, ocorria a reunião geral do Ponto Benedito, contando com representantes da

AVA, trabalhadores e trabalhadoras, todos os estagiários e voluntários, além de quaisquer pessoas ou instituições que manifestassem o desejo de contribuir com o funcionamento da Loja.

Após a reunião geral, ocorria a Mediação, na qual era definida a escala de trabalho da semana seguinte. Desta, participavam os trabalhadores e trabalhadoras e uma psicóloga associada ao Oré Coletivo Solidário.

A reunião geral da primeira sexta-feira de todos os meses tinha como pauta única a divisão do valor arrecadado no mês. Nesta reunião, era somado todo o dinheiro arrecadado, subtraindo as taxas cobradas pela operadora da máquina de cartão, e dividido entre os empreendimentos, que detinham 90% do valor faturado com cada um de seus produtos.

Os associados-assistidos recebiam o mesmo valor da hora trabalhada, diferenciando o valor recebido pela quantidade de horas trabalhadas. A divisão das retiradas era registrada no Livro Ata e assinada pelos representantes dos empreendimentos e pelos associados-assistidos.

Em decorrência da Pandemia da Covid-19, as atividades da Loja Social foram interrompidas em março de 2020 e as reuniões presenciais passaram a ocorrer quinzenalmente, sendo intercaladas com reuniões remotas. Esse estudo analisa o período entre agosto de 2019 e julho de 2020, portanto, capta as repercussões da pandemia entre março e julho de 2020.

3.4. Sujeitos

No período de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, 11 (onze) associados-assistidos trabalharam no Ponto Benedito. Destes, 04 (quatro) perderam qualquer tipo de vínculo (mortes, afastamentos). Os demais 07 (sete) foram convidados e 05 (cinco) aceitaram participar do estudo.

3.5. Procedimentos da Coleta dos Dados

a. Formulário para identificação de dados socioeconômicos

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) foi lido em conjunto com os participantes. Após a resolução de dúvidas, todos concordaram e assinaram o Termo.

No primeiro encontro, foi entregue um Formulário para preenchimento individual de dados como nome, idade, gênero e escolaridade. O mesmo apresentava algumas perguntas

sobre o trabalho, como “Por que você trabalha no Ponto Benedito?” e “Você já teve algum trabalho formal?” (Apêndice B).

b. Grupo Focal

Os dados qualitativos foram coletados por meio de encontros, utilizando-se a estratégia de Grupo Focal (Ressel et al, 2008).

Após aceitarem ingressar na pesquisa, os participantes foram convidados a comparecer em dois grupos focais.

A primeira sessão ocorreu no dia 19 de maio de 2021, com duração de 1 hora e 30 minutos, contando com a presença de 5 associados.

A segunda sessão aconteceu no dia 26 de maio de 2021, com a presença de 4 associados e duração de 40 minutos.

Os dois grupos foram realizados no espaço da Loja Social. Em decorrência da pandemia da Covid-19, foi orientado o distanciamento entre as cadeiras, utilização de máscaras e álcool em gel pelos participantes e pesquisadoras e a abertura das janelas.

O tema central do primeiro encontro no grupo focal foi a forma de organização do trabalho no Ponto Benedito. Após a etapa individual da coleta de dados, foi entregue material para ilustração e proposto que cada associado fizesse um desenho com o tema: “O que é trabalho para você?”. Os desenhos foram expostos em um painel à vista de todos os participantes. Em seguida, iniciou-se a discussão a partir de perguntas norteadoras como: “Como vocês dividem o dinheiro no Ponto Benedito?” e “Existe alguma hierarquia?”.

O segundo encontro apresentou como tema central os impactos causados pela participação no Ponto Benedito na vida dos associados-assistidos. Como atividade quebragelo, foi reproduzida a música “É” do cantor Gonzaguinha e em seguida, realizada uma reflexão sobre a relação entre a letra da música, a Economia Solidária e o trabalho no Ponto Benedito. Após a atividade, iniciou-se uma discussão com perguntas norteadoras como: “Como você se sente atendendo um cliente?” e “Você considera o dinheiro que você ganha no Ponto Benedito importante na sua vida?”.

c. Dados do Livro Caixa e do Livro Ponto da Loja Social

Os dados quantitativos foram coletados no Livro Caixa e no Livro Ponto da Loja Social. O primeiro contém registros de todas as vendas realizadas no Ponto Benedito e do valor final arrecadado por dia para o fechamento contábil do mês.

No Livro Ponto obteve-se dados referentes à quantidade de horas trabalhadas por cada associado-assistido na Loja Social por mês.

3.6. Análise de Dados

Os dados quantitativos foram processados através de análise descritiva e contribuíram para o estudo dos dados qualitativos.

Para realizar a análise dos dados qualitativos, os Grupos Focais foram gravados com a utilização de um computador e um aparelho celular com a permissão dos participantes.

Após essa fase, as entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo de Bardin (1977), que consiste na pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Foi realizada a leitura flutuante e, posteriormente, exaustiva dos documentos transcritos por todas as pesquisadoras envolvidas no estudo.

As falas dos participantes foram organizadas em unidades de contexto e categorizadas em subtemas, que finalmente foram agrupados constituindo os seguintes eixos temáticos:

- a) Economia Solidária: O que a organização do trabalho solidário produz na vida das pessoas;**
- b) Reabilitação como cidadania: O trabalho como um direito;**
- c) As consequências da Pandemia da Covid-19 na vida dos associados-assistidos.**

3.7. Aspectos Éticos

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e aprovado com parecer de número 4.578.922. (Anexo I)

Apenas após a aprovação, os participantes foram convidados para o estudo, sendo fornecido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a assinatura dos associados que desejassem participar da pesquisa. A gravação dos grupos focais foi utilizada apenas para o fim de transcrição das entrevistas e os nomes dos participantes foram ocultos a fim de preservar a identidade dos mesmos.

Os participantes foram identificados por letras em ordem alfabética.

As pessoas externas ao grupo citadas pelos entrevistados foram identificadas como “Pessoa 1”, “Pessoa 2” e “Pessoa 3”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Quem são as trabalhadoras e os trabalhadores do Ponto Benedito e o resultado econômico do seu trabalho na Loja Social

O Formulário de coleta de dados individuais continha perguntas de cunho sociodemográfico referentes a aspectos sobre raça, cor, gênero, escolaridade, idade, entre outros.

Entre os participantes, quanto ao gênero, 03 (três) são mulheres e 02 (dois) são homens, 04 (quatro) se identificaram como pardos e 01 (uma) como branca, a idade varia entre 36 e 62 anos, todos se identificaram como heterossexuais.

Com relação à escolaridade, 01 (um) homem possui ensino fundamental incompleto, 01 (uma) mulher possui ensino fundamental completo, 01 (um) homem e 01 (uma) mulher possuem ensino médio completo e 01 (uma) mulher possui ensino superior incompleto.

A equipe de trabalhadores e trabalhadoras do Ponto Benedito advém de profissões anteriores. Entre eles 01 (um) homem é ajudante de reciclagem, 01 (um) homem é agente comercial, 02 (duas) mulheres são artesãs e 01 (uma) mulher é instrumentadora cirúrgica.

A maioria, 03 (três) dos participantes, relata que trabalha em outro lugar além do Ponto Benedito e todas as pessoas responderam que tiveram experiência anterior de trabalho formal, destacando-se que 01 (uma) teve essa experiência de trabalho formal com registro em carteira. Todos já procuraram emprego, experiência relatada por 02 (dois) como positiva e por 02 (dois) como dificultosa, 01 (um) não qualificou a experiência.

Com relação ao tempo que trabalham na Loja Social do Ponto Benedito, 01 (um) homem trabalhava há 02 (dois) anos, 01 (um) homem trabalhava há 03 (três) anos, 02 (duas) mulheres há 04 (quatro) anos e 01 (uma) mulher há 05 (cinco) anos à época da coleta de dados.

Os resultados econômicos do trabalho na Loja Social do Ponto Benedito foram obtidos dos dados informados no Livro-Caixa e no Livro-Ponto.

O Livro-Caixa contém as informações relevantes para o cálculo das sobras (entradas menos saídas) mensais:

Reporta (i) a data, (ii) quem estava presente no Ponto durante esse dia, (iii) a quantidade de itens, (iv) o nome do item, (v-vi) o preço do item [...]; (vii) o nome do empreendimento responsável por aquele item, (viii) recibos impressos relevantes

anexos à página, e (ix) observações relevantes. (Maragni, Hsiao, Casa Nova, Brito, Aranha e Silva, 2021, p.215, tradução nossa).

O valor de repasse para os empreendimentos é referente a 90% do valor de venda, sendo subtraída anteriormente a taxa da máquina de cartão para os produtos que foram pagos no débito. Os 10% restantes compõem o valor de repasse aos trabalhadores.

O valor de alguns produtos, como garrafas de água e roupas do brechó provenientes de doações, é totalmente revertido para o Ponto Benedito, não havendo repasse para empreendimentos.

Após a soma das entradas, são subtraídos os gastos com garrafas de água para venda, produtos de limpeza e café. A sobra configura o montante a ser partilhado entre os associados-assistidos.

No Livro-Ponto, fica registrado o horário de entrada e saída de cada trabalhador nos dias de funcionamento da Loja Social. As horas registradas no Livro-Ponto são somadas ao tempo das reuniões em que o associado-assistido esteve presente, que também contam como hora trabalhada.

O valor da sobra é dividido pelo total de horas trabalhadas de todos os associados-assistidos no mês. O resultado dessa divisão configura o valor-hora que será pago aos trabalhadores.

Este valor-hora e a quantidade de horas trabalhadas determinam o valor das retiradas mensais obtidas por cada trabalhador e cada trabalhadora da Loja Social.

Entre agosto de 2019 e março de 2020, o valor da hora trabalhada manteve uma média de R\$2,04 reais por hora, variando entre R\$0,98 e R\$4,24 por hora. A partir de abril de 2020, na vigência da pandemia este valor-hora de trabalho manteve-se em R\$0,00, conforme a Tabela 01:

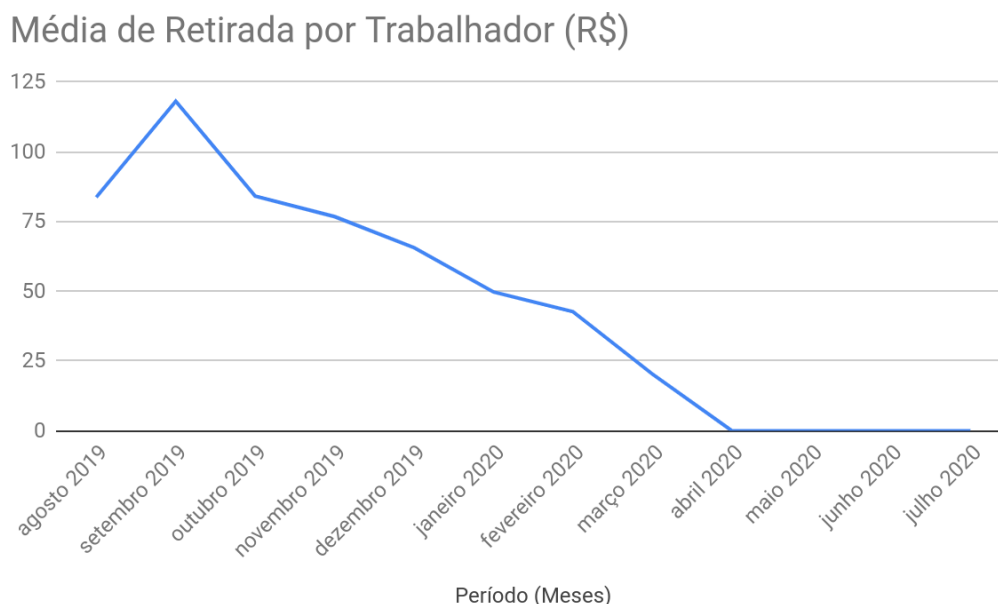
Tabela 01 – Valor pago por hora trabalhada por mês aos associados-assistidos do Ponto Benedito de agosto de 2019 a julho de 2020.

Período (meses)		Valor por hora trabalhada (R\$)
Agosto	2019	1,6
Setembro	2019	4,24
Outubro	2019	2,27
Novembro	2019	2,16
Dezembro	2019	2,58
Janeiro	2020	1,26

Fevereiro	2020	1,2
Março	2020	0,98
Abril	2020	0
Maio	2020	0
Junho	2020	0
Julho	2020	0

Os dados demonstram que a retirada média obtida por cada trabalhador e cada trabalhadora no período de agosto de 2019 a fevereiro de 2020 variou entre R\$42,70 e R\$118,14 mensais. Houve uma queda significativa nas vendas de março de 2020, período em que foi declarada a pandemia da Covid-19. A partir de abril de 2020, a Loja Social permaneceu fechada, resultando em nenhuma venda e, conseqüentemente, nenhuma retirada para a equipe de trabalhadores, conforme ilustrado pelo Gráfico 01.

Gráfico 01 – Média de retirada mensal por trabalhador do Ponto Benedito entre Agosto de 2019 e Julho de 2020



4.2. Economia Solidária: o que a organização do trabalho solidário produz na vida das pessoas

A Economia Solidária, em contraposição à ideia individualista e competitiva do capitalismo, é um sistema pautado na solidariedade, seja entre os membros de determinada organização através da prática da autogestão, seja com a sociedade, a partir da inclusão daqueles que foram marginalizados pelo sistema capitalista (Singer, 2003).

A organização do trabalho na Loja Social do Ponto Bendito é realizada no espaço de mediação institucional, um espaço de formulação e pactuação de regras coletivas entre os componentes da equipe de trabalho. Uma premissa desta organização é o respeito às subjetividades, potencialidades e fragilidades autodeclaradas por cada associado-assistido. Este processo é uma característica da Economia Solidária e possibilita a inclusão econômica, social e cultural das pessoas da forma como são, conforme evidenciado pelas seguintes falas:

Então aí depende, tem pessoas que só podem de sábado, que é o caso da Participante C. Tem pessoas que não podem sábado. Então, aí é feito conforme o que a pessoa pode, né? Que é... quinta é um dia, em Pinheiros, parado. Ninguém queria vim. Outros tinham médico, não sei o que, né? Então, é feito assim, quem pode, vem. (Participante E)

[...] Por que ele toma remédio controlado, aí ele não acerta acordar cedo, ele prefere trabalhar mais à tarde. (Participante A)

Outro princípio da Economia Solidária associado à elaboração da escala semanal de trabalho é que o valor-hora do trabalho é igualado para todas as pessoas. Isso quer dizer que não há associação do valor-hora de trabalho com as ideias da forma de organização do trabalho no mundo capitalista que privilegia a produtividade, a hierarquia, a especificação profissional:

Separa dez por cento de todo o dinheiro no caixa, que é das vendas dos produtos. Esses dez por cento são nossos. Então vai dividir por hora de trabalho. Quem trabalhou mais, ganha mais. Quem não veio, não ganha, não entra, né? E o restante é dos empreendimentos, né? Esse valor. (Participante E)

Na organização do trabalho no campo da Economia Solidária, o valor-hora de trabalho é igualado entre todos os associados-assistidos, independente da função que cada trabalhador exerce ou da quantidade de vendas individuais. Neste campo, a associação do trabalho e seu valor social é com os talentos, os dons das pessoas, suas habilidades, seus saberes, seus repertórios, suas histórias de vida. A igualação do valor do trabalho humano é uma utopia no horizonte do Cooperativismo Social e da organização do trabalho emancipatório, autogestionário e solidário.

Dentre os princípios da Economia Solidária a autogestão “se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’” (Albuquerque, 2003, p.20).

A organização de todos os aspectos do trabalho no Ponto Benedito é realizada através de reuniões gerais, nas quais são discutidas e votadas as pautas. Segundo a maior parte dos participantes, o voto de todas as pessoas presentes na reunião tem o mesmo peso, sejam elas trabalhadores, voluntários ou estagiários.

- Por exemplo, eu vou dar um exemplo. Se a gente tem que tomar uma decisão, o Ponto vai abrir no sábado ou não vai? Quem é que decide? (Entrevistadora)

- Aí é todo mundo. (Participante A)

- Todo mundo. (Participante C)

- [...] A gente faz uma reunião maior, né? Chama reunião grande, essa reunião grande, aí a gente decide se vai abrir ou não vai. (Participante B)

Ao serem questionados, no entanto, se existe uma hierarquia nas decisões tomadas nessas reuniões, é relatado que o voto de algumas pessoas teria mais peso sobre as deliberações. Relatam também que sentem falta de ter voluntários para apoio mais próximos do Ponto Benedito.

Já com a Pessoa 1 eu vejo um pouco mais direcionado. Se a Pessoa 1 quer que abra, ninguém aqui contesta, entendeu? (Participante E)

Porque quando a Pessoa 2 estava aqui, era diferente as coisas, sabe? [...] Que nem agora mudou pra Pessoa 3, de uns poucos de poucos dias pra cá. A Pessoa 3 fica pra lá, tem o trabalho dela, tem a filha dela, tem o casamento dela, Ela não pode tá aqui com a gente, e aí tá tudo assim. Não tá legal, não. (Participante A)

Ela saiu daqui e acabou. Acabou tudo. Ela que organizava. (Participante A)

Observa-se nas falas dos entrevistados que existe uma tentativa constante de manter a autogestão neste espaço, a partir de discussões horizontais e tomadas de decisão democráticas. No entanto, alguns participantes relatam a existência de uma hierarquia nas deliberações. Ainda, alguns expressam a necessidade de ter algum voluntário próximo à gestão do espaço. Esses aspectos apontam uma contradição no que diz respeito à autogestão e à autonomia deste coletivo.

Com relação *ao trabalho vivo em ato* (Merhy, Franco, 2003), é consenso na perspectiva teórica crítica da economia que é por meio do trabalho que o ser humano

transforma a natureza e a si próprio e essas são as dimensões sociais do trabalho, a reprodução da vida material e a sociabilidade:

a história da realização do ser social objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material [...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o ser humano torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas (Aranha e Silva, 2012, p. 14).

A dimensão *sociabilidade* ou *laços de cooperação social* existentes no processo de *produção material* pelo trabalho, aqui compreendida como os *ganhos imateriais do trabalho*, trata-se de tema recorrente nas falas dos entrevistados, que relatam sentirem-se satisfeitos ao atenderem os clientes da loja:

Gostamos de conhecer pessoas novas, de ter novos clientes também que se interessam pela economia solidária, que tenham um olhar diferente sobre a saúde mental, um olhar bom, de que nós somos seres humanos como qualquer outro, temos direitos iguais. (Participante C)

Acho bom e muito legal que vem pessoas novas, ficar pegando e ficar vendendo as coisinhas aqui. (Participante D)

Quanto entra o cliente ali pela porta da frente, ali, que ele entra dentro da loja eu fico feliz por, por tá prestando um serviço, né? E aí me dá uma gratificação muito grande. (Participante B)

Observa-se nas falas dos associados que os *ganhos imateriais* obtidos desse *trabalho vivo em ato* (Merhy & Franco, 2003) vão além da dimensão financeira, sendo dada pelos associados-assistidos uma importância significativa a eles: a sociabilidade, os aprendizados, a autonomia, a satisfação, o pertencimento. Segundo Alves dos Santos e Carnut (2018), a comunicação:

É tão necessária porque leva em conta que o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver, ou de se realizar, em qualquer tempo como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. O trabalho é, sempre, atividade coletiva. (para. 24)

Durante a Covid-19, parte dos trabalhadores seguiu participando ativamente das reuniões gerais, evidenciando que os associados seguem acreditando na potencialidade de ganhos subjetivos nesse espaço, mesmo que sem remuneração no período pandêmico.

Já sobre a dimensão *da reprodução social* ou *ganhos financeiros*, aqui compreendida como os *ganhos materiais do trabalho*, os associados reconhecem que os ganhos financeiros obtidos desse trabalho são relevantes para suas vidas, compondo parte de sua renda total. No entanto, todos relatam que não é possível manter-se apenas com esse dinheiro:

É pagada a hora trabalhada. E a gente vai indo. Então quando vende muito, a gente tem muito, quando vende pouco, a gente também o valor da hora muito pequeno. [...] O valor da hora até de um real a gente já recebeu, não é? De um real por hora, né não? (Participante A)

[...] por isso que eu tenho que trabalhar fora, né? Porque é que nem, é... eu até falei, né. Se aqui tivesse um salário assim, específico, né, sabe? Era muito bom. (Participante A)

- A última (pergunta). Vocês gostariam que tivesse alguma coisa de diferente no Ponto? (Entrevistadora)

- Bastante lucro. (Participante C)

Segundo Saraceno (1996, p.112) “somente a partir do direito ativo ao exercício do negócio (da troca de oportunidades materiais), o sujeito é colocado na condição de exercitar o direito à relação”. Sendo assim, a capacidade de realizar *trocas materiais* é determinante no reestabelecimento do poder contratual dos indivíduos.

Nesse sentido, observa-se uma contradição no que diz respeito ao processo de Reabilitação Psicossocial neste espaço. Conforme relatado pelos associados, o trabalho na Loja Social tem grande potencial para o exercício da sociabilidade. No entanto, não tem a capacidade de gerar uma renda suficiente para suprir as necessidades de consumo e reprodução social desses indivíduos.

4.3. Reabilitação como Cidadania: O Trabalho como Direito

A Reabilitação Psicossocial, segundo Saraceno (1996), objetiva aumentar a capacidade contratual dos usuários de serviços de saúde mental, contemplando os eixos da moradia, redes sociais e trabalho. A concepção de Reabilitação como Cidadania traz o

trabalho como forma de “produzir e trocar mercadorias e valores” (Saraceno, 1996, p.126), estabelecendo um potencial de ampliação da contratualidade social dos indivíduos. Nessa perspectiva, o trabalho é entendido como direito, representando uma ferramenta para o exercício da cidadania.

a. O significado do trabalho na percepção dos associados-assistidos

Durante o primeiro Grupo Focal, foi solicitado que os participantes fizessem um desenho com o tema “O que é trabalho para você?” e, em seguida, explicassem o que desenharam:

O meu tá fácil. Eu pus um pensamento, né? Uma pessoa pensando. No caso sou eu trabalhando mesmo, sentada e por trás aqui seriam colegas de trabalho e outras pessoas que se beneficiam do meu trabalho e eu pus um sorriso em mim e em todos, né? Todos, carinha feliz. Entendeu? [...] No pensamento eu pus dinheiro, um prato de comida, feijão, (inaudível), a carne, vegetais, refrigerante, café, hambúrguer, talheres pra dar entender... [...] O que traz o trabalho: comida, dinheiro e pus um avião da Varig. Viagem (risos), só o que eu quero (risos). (Participante E)

Eu desenhei uma flor. [...] Representando a vida. (Participante B)

Eu coloquei a realização de conseguir comprar uma casa própria numa fazenda. (Participante C)

Os associados-assistidos trazem uma percepção positiva do trabalho, como meio de exercício e de acesso a direitos básicos e também da realização de sonhos. Essa visão condiz com os princípios da Reabilitação como Cidadania, onde o trabalho constitui um “mecanismo de acesso por excelência no jogo das contratualidades sociais” (Ballan, 2010, p.6).

Porque a gente fica com o nosso dinheirinho, pra fazer o que quer. (Participante D)

Porque... porque mudou minha vida. Eu faço o que eu quero. (Participante D)

- O que você gosta nesse trabalho? (Entrevistadora): - Liberdade. (Participante B)

Conforme relatam os associados-assistidos, este trabalho possibilita o exercício da autonomia enquanto cidadãos. Segundo Aranha e Silva (2012),

O trabalho, nesta perspectiva, é a forma mais humanizada de humanidade. Somente os humanos fazemos o que queremos, quando precisamos e para que nos interessa. Esta é a dimensão emancipatória, criativa, protagonista, exploradora das potências intelectuais, desafiadoras dos limites e vulnerabilidades, propulsora de superações e realizações, transformadora. (p.104)

b. O trabalho como direito em contraposição ao trabalho como tratamento

No início do segundo Grupo Focal, foi reproduzida a música “É” do cantor Gonzaguinha. Ao serem questionados sobre a relação entre a música e o trabalho realizado no Ponto Benedito, alguns participantes citam o direito ao trabalho:

Acho que sim, porque tá pedindo por direitos, né? Que a gente começa gritando bem baixinho, aliás, que a gente começa falando bem baixinho, depois começa a gritar para todo mundo ouvir. Acho que tem, tem sentido o enredo com a economia solidária. (Participante B)

Então, acho que essa música está relacionada a trabalho sim, a direitos iguais, né? Ao direito ao trabalho, à saúde... (Participante C)

Embora haja o reconhecimento por parte dos participantes de que o trabalho é um direito enquanto cidadãos, ao serem questionados sobre o papel do Ponto Benedito e o papel do CAPS em suas vidas, houve confusão por parte dos associados.

Todos os participantes reconhecem o Ponto Benedito como um local de trabalho:

- Quando vocês falam que tão vindo pro Ponto... Onde vocês estão, na sua casa, no abrigo, como é que 'cês falam? Tô indo para...? (Entrevistadora): - Trabalhar. (Participante B); - Eu falo que eu to indo pra trabalhar (Participante D); - Eu falo que eu estou indo pra loja da Benedito Calixto pra trabalhar. (Participante C).

No entanto, há uma contradição quando perguntados sobre o papel do CAPS. Alguns participantes reconhecem o CAPS como lugar de tratamento, mas outros entendem como local de trabalho:

- E quando vai pro CAPS? "Eu tô indo para ..."? (Entrevistadora): - Fazer tratamento. (Participante B); - Para um trabalho. (Participante A); - Pra mim é trabalho. (Participante C); - Mais trabalho. (Participante D).

A concepção de *trabalho como direito* é relativamente nova na história da psiquiatria, sendo introduzida na década de 1960 na Itália, em particular na experiência triestina (Aranha e Silva, 2012). Segundo Saraceno (1996, p.126-127), o trabalho como forma de tratamento “é antigo como o manicômio: Norma moral, desfrutar, entretenimento. Até mesmo, com o consentido mecanismo de racionalização da psiquiatria, tornar-se terapia.”

As falas dos associados demonstram que a ideia de trabalho enquanto tratamento não foi superada, mantendo um lugar significativo no imaginário dos próprios usuários de serviços de saúde mental, o que coloca em evidência que ainda há desafios a serem superados e lacunas a serem preenchidas nos processos de desinstitucionalização e de concretização da Reabilitação como Cidadania.

4.4. As consequências da Pandemia da Covid-19 na vida dos associados-assistidos

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde a pandemia da Covid-19. Devido à alta capacidade de disseminação do vírus e à ausência de vacina, o isolamento social passou a ser a principal medida de contenção da doença. O governo negacionista de Jair Bolsonaro, no entanto, não estimulou o isolamento social, pregando a imunidade de rebanho como solução para a situação pandêmica (Campos, 2020).

A flexibilização das leis trabalhistas (Brasil, 2020) durante o período de calamidade e a escassez de investimento em auxílios que efetivamente suprissem as necessidades básicas dos trabalhadores informais e pessoas em maior vulnerabilidade proporcionaram à pandemia no Brasil “uma letal trajetória determinada pela classe, gênero, cor e, insistimos, pelas ausências de trabalho, alimentação, habitação, transporte, educação e proteção social (saúde, assistência e previdência) adequadas ao provimento da vida” (Granemann, 2021, p.7).

Mas só que quando tava engrenando, começando a ferver esse negócio aí, aí teve que parar tudo de novo, né? Aí agora diz que talvez vai parar tudo de novo, né? Aí é que tá o negócio. Vai morrer muita gente de fome, sabia? Vai, fia... Porque não tem de que fazer e vai fazer o que?

Que nem muitos aí fora (inaudível). Porque, gente, a fome é triste. A fome é triste. Não é fácil. Pra você ter uma (inaudível) gente... Não tem o dinheiro, não tem o que comer. E aí? Vai fazer o que? Isso aqui, isso aí, essa cesta aí ajuda bastante, demais. Uma cesta básica. Se pelo menos todo mês já tivesse uma cesta básica já... não é? Né? Pelo (inaudível) o óleo, o açúcar, o feijão, o arroz, principalmente, que tá nas alturas também. (Participante A)

Respeitando os protocolos de segurança das autoridades sanitárias, a Loja Social do Ponto Benedito permaneceu fechada desde o início da pandemia até o término do período deste estudo, resultando na queda do valor obtido por hora de trabalho a R\$0,00. No entanto, mantiveram-se as reuniões gerais. Estas, a princípio, aconteceram de forma remota, via videochamadas.

Eu, eu acho que a reunião presencial é muito melhor do que a online, porque as coisas acontecem no mesmo espaço. A gente vê a pessoa. (Participante C)

Porque esse negócio de online, nem todo mundo se acostumou, porque nem todo mundo, nem todo mundo tem acesso, né? Aí por isso que a Participante C tá falando. Nem todo mundo tem acesso de não olhar para cara do outro, né? Não é todo mundo que vê, né? Aí fica uma coisa assim... (Participante A)

Eu nem consigo entrar. Não gosto. (Participante E)

Dado que grande parte dos associados não possuía acesso a essa tecnologia, foram retomadas as reuniões presenciais a cada 15 dias, respeitando os protocolos sanitários de utilização de máscaras, álcool em gel e distanciamento social.

A participação nessas reuniões manteve o espaço vivo, ainda que no momento não funcionasse como atividade econômica. Durante todo o período, mantiveram-se as relações de solidariedade entre os trabalhadores e todas as pessoas envolvidas com o Ponto Benedito.

Através de grupos no aplicativo *Whatsapp*, reuniões remotas e presenciais, foi possível acolher uns aos outros nas incertezas de um futuro, no medo da morte e da perda e na indignação com o revoltante negacionismo do governo.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E ESPERANÇAS

Os resultados desse estudo indicam que a forma de organização da Economia Solidária é uma potente alternativa para a realização da Reabilitação como Cidadania de pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que possibilita que pessoas marginalizadas pelo sistema capitalista acessem seu direito ao trabalho, tendo respeitadas suas individualidades e subjetividades. Ainda, a interação entre os entrevistados e os clientes e a relação entre os associados-assistidos indicam que o trabalho pautado na solidariedade, em contraposição à competitividade imposta pelo capitalismo, permite a criação de laços de cooperação social e contempla a dimensão da sociabilidade do trabalho.

Embora a Economia Solidária apresente potencialidades para o campo da Saúde Mental, foi observado no estudo que o retorno financeiro para os associados-assistidos neste cenário é insuficiente. A possibilidade de realizar trocas materiais é determinante no estabelecimento do poder contratual. Sendo assim, o estudo aponta que apesar das potencialidades desse espaço, existe o desafio de proporcionar um retorno financeiro que seja capaz de suprir as necessidades de consumo e reprodução social dos trabalhadores.

Em relação a algumas percepções dos participantes, nota-se que existem heranças manicomialistas a serem superadas no imaginário dos trabalhadores. Diante do histórico processo de destituição do poder contratual sofrido pelas pessoas com transtornos psíquicos, a concretização de uma organização autogestionária apresenta-se como um complexo desafio a ser vencido. Ainda, embora todos os entrevistados compreendam que o trabalho é um direito cidadão, alguns seguem associando-o com o conceito pineliano (Aranha e Silva, 2012) de trabalho como tratamento.

Durante a pandemia da Covid-19, as relações de solidariedade foram mantidas, mesmo sem retorno financeiro algum, indicando que a sociabilidade, o pertencimento, a convivência e a autonomia proporcionados pelo trabalho no Ponto Benedito superaram as adversidades encontradas no estudo.

Diante das potencialidades da experiência de trabalho associado e cooperado analisada no estudo, compreende-se que a expansão das Redes de Economia Solidária e Saúde Mental, a abertura de novos pontos de Economia Solidária e o incentivo à produção científica nessa área são potentes caminhos para a concretização da Reabilitação como Cidadania.

É evidente que todas as pessoas envolvidas nessa experiência carregam em si a esperança de um mundo mais solidário, onde haja mais espaços como o Ponto Benedito – Economia Solidária e Cultura e menos espaços de estigma e exclusão das pessoas em sofrimento psíquico. Permeada pela resistência aos retrocessos e pela luta por direitos, essa é a esperança descrita por Paulo Freire (2013):

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. (p. 79)

6. REFERÊNCIAS

Albuquerque PP. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p 20-25.

Alves dos Santos S, Carnut L. Trabalho, sentidos e saúde mental: percepção de participantes em um projeto para geração de renda. Semin., Ciênc. Soc. Hum. 2018. 39(2):159-180. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/sem/v39n2/a05.pdf>

Aranha e Silva AL, Monteiro de Barros AL, Maragni F, Ramalho FA, Medeiros P, Makyiama ITP, RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ponto Benedito Economia Solidária e Cultura. Indicadores de avaliação (QUANTIDADE E QUALIDADE). Período: setembro de 2016 a setembro de 2018. 24 (vinte e quatro) meses. São Paulo, 2018.

Aranha e Silva AL. A Construção de um Projeto de Extensão Universitária no Contexto das Políticas Públicas: Saúde Mental e Economia Solidária. Tese (Livre-Docência) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/7/tde-23112012-092937/publico//ANAARANHA.pdf>

Aranha e Silva AL. O Projeto Copiadora do CAPS: Do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. 1997. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Ballan C. O livro das receitas d'O Bar Bibitantã: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no município de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2010

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa (POR): Edições 70; 1977.

Brasil. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. Economia Solidária. Brasília, 2015. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.169, de 7 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão Social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de julho de 2005. 2005c. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1169_07_07_2005.html

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Cria e regulamenta os Serviços Residenciais Terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de fevereiro de 2000. Seção 1, p. 23. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/PORTARIA-106-11-FEVEREIRO-2000.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Regulamenta e distingue as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de fevereiro de 2002. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, 2011. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3088_23_12_2011_rep.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. 2005a.

[Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 353, de 7 de março de 2005. Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de março de 2005. 2005b [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1169_07_07_2005.html

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário oficial da União, Brasília, DF, 9 de abril de 2001. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <https://hpm.org.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-no-10.216-de-6-de-abril-de-2001.pdf>

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 de agosto de 2003. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm

Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei Nº 14.020, de 6 de Julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de novembro de 2020. [Acesso 01 jul 2021]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.020-de-6-de-julho-de-2020-265386938>

Campos GWS. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. Trabalho, Educação e Saúde. 2020. 18(3): e00279111. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00279>.

Freire, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Granemann S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. Trabalho, Educação e Saúde. 2021. 19:e00305137. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00305>

Heller A. Teoria de las necesidades en Marx. 2. ed. Barcelona: Península; 1986.

Maragni FTG, Hsiao J, Casa Nova SPC, Brito NDDC, Aranha e Silva AL. Healthy crazy business! Solidarity economy and financial education as emancipation tools for the mentally ill. Innovar, 2021. 31(82):203-222. <https://doi.org/10.15446/innovar.v31n82.98422>.

Merhy EE, Franco TB. Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional. Saúde em Debate. 2003. 27(65):1-13.

Pitta AMF. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. Ciênc. saúde coletiva. 2011. 16(12): 4579-4589. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001300002>

Ressel LB, Beck CLC, Gualda DMR, Hoffmann IC, Silva RM, Sehnem GD. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Texto contexto – enferm. 2008. 17(4):779-786. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>

Saraceno B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: Pitta AMF, Reabilitação Psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 13-18.

Singer, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p 116-125.

Singer, P. Saúde Mental e Economia Solidária. In: BRASIL. Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. p. 11-12.

7. APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Resolução 466/2016 do CNS

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Ponto Benedito: execução de um projeto de extensão universitária no Eixo VII da RAPS na Cidade de São Paulo”, desenvolvida pela aluna Érica de Oliveira Loibel, sob orientação da Profª Drª Ana Luisa Aranha e Silva e coorientação da Profª Drª Talita Dutra Ponce.

Este documento tem como objetivo assegurar seus direitos como participante. Por favor, leia com calma e atenção, tirando todas as suas dúvidas. Você pode esclarecer as dúvidas com a equipe de pesquisa mesmo depois de assinar este documento, e pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o impacto socioeconômico proporcionado pelo trabalho no Ponto Benedito: Economia solidária e Cultura na vida dos trabalhadores e trabalhadoras associados à loja, produzindo conhecimento sobre essa experiência concreta de trabalho associado neste espaço.

Se você aceitar participar dessa pesquisa, participará de dois momentos de coleta de dados:

O primeiro será realizado de forma individual, através do preenchimento por escrito de um formulário socioeconômico.

No segundo momento, você irá participar de um grupo focal com outros trabalhadores, além de uma coordenadora e uma observadora. Neste grupo, serão discutidas questões referentes ao trabalho e à renda obtida através do Ponto Benedito. Cabe ressaltar que as conversas realizadas no grupo focal serão registradas através de gravador de voz. Você pode conferir tanto o questionário socioeconômico como as perguntas orientadoras do grupo focal no fim deste documento.

Não há riscos físicos, morais ou psicológicos associados à participação dessa pesquisa. Pode ocorrer desconforto relacionado às discussões do grupo focal. Caso apareça desconforto, este será mediado pela equipe de pesquisa.

Não há benefícios diretos e imediatos relacionados à participação nessa pesquisa. No entanto, o estudo visa difundir a experiência de trabalho no Ponto Benedito em periódicos científicos e, consequentemente, voltar os olhares de mais pessoas à loja e a essa experiência dos associados.

Não haverá custos aos participantes, nem compensação financeira. Os grupos focais serão realizados em dia e horário mais conveniente para que não traga prejuízos. Se houver custo de locomoção específico para a participação nos grupos, o participante será ressarcido. A equipe de pesquisa oferecerá alimentação para o período do grupo focal (lanche no local).

A participação nesse estudo é voluntária e se você não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe traga qualquer consequência. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em rigoroso sigilo, serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Você pode esclarecer suas dúvidas agora e a qualquer momento com:

- Érica de Oliveira Loibel – Pesquisadora assistente.
E-mail: eloibel@usp.br. Cel: (16)98816-2888
- Ana Luisa Aranha e Silva – Pesquisadora responsável.
E-mail: anaranha@usp.br. Cel: (11)98136-8565
- Talita Dutra Ponce – Pesquisadora responsável.
E-mail: talitadp@usp.br. Cel: (11)987177368.

Para o esclarecimento de dúvidas ou denúncias éticas relacionadas a essa pesquisa você pode contatar:

- Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Endereço - Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 – Cerqueira Cesar – São Paulo/SP CEP – 05403-000 Telefone- (11) 30618858 e-mail – cepee@usp.br;

Asseguramos que esta pesquisa atende a todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Asseguramos ter explicado e esclarecido as dúvidas sobre este documento, além de ter oferecido uma via deste aos participantes.

Érica de Oliveira Loibel
Pesquisadora assistente
Universidade de São Paulo

Ana Luisa Aranha e Silva
Pesquisadora responsável
Universidade de São Paulo

Talita Dutra Ponce
Pesquisadora responsável
Universidade de São Paulo

Caso você tenha entendido todas as informações e deseje participar desta pesquisa, assine as duas vias deste Termo de Consentimento:

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Apêndice B – Instrumento de Coleta de Dados**Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista Individual**

1) Nome:

2) Cor:

3) Idade:

4) Orientação Sexual:

5) Gênero:

6) Estado Civil:

7) Você se cuida em algum serviço de saúde mental, qual, onde? Por que?

8) Escolaridade:

9) Profissão:

10) Por que você trabalha no Ponto Benedito?

11) Como você chegou até o Ponto Benedito?

12) Há quanto tempo você trabalha no Ponto Benedito?

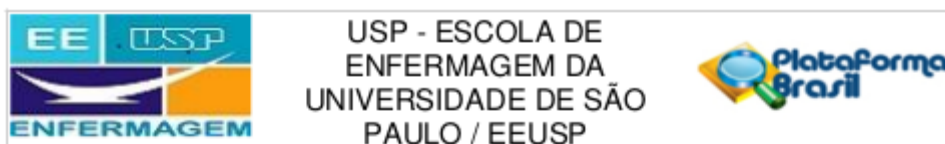
13) Você trabalha em algum outro lugar?

14) Você já teve algum trabalho formal?

15) Você já procurou emprego? Se sim, como foi?

8. ANEXOS

Anexo I - Parecer Consubstanciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ponto Benedito: execução de um projeto de extensão universitária no Eixo VII da RAPS na Cidade de São Paulo

Pesquisador: Talita Dutra Ponce

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38381320.2.0000.5392

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEUSP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.578.922

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo qualitativo de cunho etnográfico, descritivo e exploratório, que será realizado numa Loja Social – Economia Solidária e Cultura que se insere na Rede de Atenção Psicossocial. Este estudo objetiva analisar o impacto na vida dos associados-assistidos desta Loja Social proporcionado pela experiência do trabalho associado e cooperado. Utilizarão dados quantitativos coletados de um Livro Caixa da Loja e dados qualitativos coletados através de Grupos Focais com os associados-assistidos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar o impacto na vida dos associados-assistidos da Loja Social do Ponto Benedito - Economia Solidária e Cultura proporcionado pela experiência do trabalho associado e cooperado. **Objetivo Secundário:** 1. Descrever a forma de organização do trabalho no Ponto Benedito; 2. Descrever o perfil socioeconômico das pessoas envolvidas; 3. Identificar as razões pelas quais se envolveram na atividade econômica do Ponto Benedito; 4. Analisar o fluxo de caixa da Loja Social; 5. Analisar a dinâmica do rateio de valores realizado; 6. Descrever como utilizam individualmente a renda advinda desse trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Não há riscos físicos relacionados à participação nessa pesquisa. No entanto, podem ocorrer alterações emocionais como desconforto, constrangimento ou estresse relacionadas às

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11) 3061-7503 **E-mail:** ee@usp.br



USP - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO / EEUSP



Continuação do Parecer: 4.578.922

discussões do grupo focal. Caso isso ocorra, será oferecido pelas pesquisadoras um espaço de escuta e acolhimento. Se necessário, o participante será encaminhado ao serviço de saúde mental de referência. Benefícios: Não há benefícios diretos e imediatos relacionados à participação nessa pesquisa. No entanto, o estudo visa difundir a experiência de trabalho no Ponto Benedito em periódicos científicos e, consequentemente, voltar os olhares de mais pessoas à loja e a essa experiência dos associados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa relevante para a área de conhecimento. Bem escrito. Contém todas as informações fundamentais no projeto e no TCLE para resguardo ético dos participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou folha de rosto assinada, orçamento, cronograma e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado. Entretanto, falta numerar as páginas do TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP informa a necessidade de registro dos resultados parciais e finais na Plataforma Brasil. Esta aprovação não substitui a autorização da instituição coparticipante, antes do início da coleta de dados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1625957.pdf	06/01/2021 10:14:04		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPUBPontoBenedito050121.pdf	06/01/2021 10:13:42	Talita Dutra Ponce	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE060121.pdf	06/01/2021 10:12:44	Talita Dutra Ponce	Aceito

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419

Bairro: Cerqueira Cesar

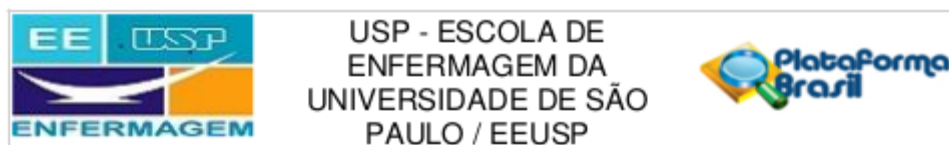
CEP: 05.403-000

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3061-7503

E-mail: ee@usp.br



Continuação do Parecer: 4.578.922

Ausência	TCLE060121.pdf	06/01/2021 10:12:44	Talita Dutra Ponce	Aceito
Folha de Rosto	AssinaturaPlataformaTalita.pdf	21/09/2020 19:40:10	Talita Dutra Ponce	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 08 de Março de 2021

Assinado por:
Rita de Cassia Burgos de Oliveira
 (Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7503 **E-mail:** ee@usp.br